

Uma agenda promissora

Desde o final da década de 1980, o BNDES vem cumprindo um papel de destaque na agenda de desestatização, seja conduzindo processos de privatização, seja participando da estruturação de projetos de concessão pura e de parceria público-privada (PPP). Mais recentemente, principalmente no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento do Governo Federal, o banco vem interagindo diretamente com diversos atores dos setores público e privado, identificando oportunidades de parcerias que possam resultar no aprimoramento da qualidade e/ou cobertura de serviços públicos essenciais.

O serviço de assessoramento técnico oferecido pelo BNDES aos entes públicos contempla desde o planejamento estratégico de um programa de desestatização até a elaboração dos estudos técnicos necessários à estruturação dos projetos e o acompanhamento dos processos licitatórios, incluindo consultas públicas, *roadshows* para investidores e aprovação do processo junto aos órgãos de controle. Vale ressaltar também que, por uma maior eficiência na atuação do banco, a orientação estratégica é atuar a partir de uma lógica de Operação-Programa, ampliando a escala operacional nas ações direcionadas aos setores considerados prioritários.

Por outro lado, foi necessário também desenvolver uma agenda complementar de parcerias para alavancar a capacidade de apoio do BNDES e contribuir para o desenvolvimento do mercado de concessões e PPPs, especialmente de projetos no âmbito municipal. Nessa agenda, destaca-se o potencial de realização de parcerias em iluminação pública e resíduos sólidos urbanos, sendo necessário o desenvolvimento de mecanismos alternativos de apoio.

Nesse sentido, cabe destacar a parceria firmada entre o BNDES e a ABDE em maio de 2017, por meio do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), com o objetivo de possibilitar a troca de experiências e a capacitação de equipes das Instituições Financeiras de Desenvolvimento associadas à ABDE, para atuação coordenada na prestação de suporte aos municípios interessados na estruturação de projetos de concessões e PPPs.

As iniciativas previstas pelo ACT são coordenadas pela ABDE, que instituiu um Grupo de Trabalho (GT), por meio de termo de adesão ao acordo, com 12 instituições associadas. A primeira reunião do GT foi realizada em agosto de 2017. Nes-

sa ocasião, o grupo definiu os temas considerados prioritários para comporem o escopo do plano de trabalho que vem sendo desenvolvido, tais como: i) melhores práticas na estruturação de PPPs; ii) diagnóstico sobre potencial de estruturação de novos projetos; iii) marco jurídico para contratação de serviço de assessoramento técnico envolvendo entes públicos; e iv) instrumentos garantidores para projetos de concessões e PPPs.

A proposta, portanto, é que o GT possa ser o embrião de uma rede de fomento à estruturação de projetos envolvendo as principais Instituições Financeiras de Desenvolvimento, com atuação em níveis regional e local. Esse *network* em construção facilita a interlocução técnica entre as instituições, permitindo uma atuação coordenada para um maior alcance do apoio aos entes públicos. Além disso, estando formalmente constituído, torna-se um meio adequado para a troca de experiências, capacitação, suporte técnico e difusão do conhecimento por meio de *workshops* e compartilhamento de informações e documentos.



Divulgação

RODOLFO TORRES

Superintendente da Área de Desestatização do BNDES.



Divulgação

FREDERICO VALENTE

Assessor da Área de Desestatização do BNDES.